


EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU PAPEL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

SPECIAL EDUCATION AND ITS ROLE IN THE CONTEMPORARY SCENARIO

LA EDUCACIÓN ESPECIAL Y SU PAPEL EN EL ESCENARIO CONTEMPORÁNEO

 <https://doi.org/10.56238/arev8n5-081>

Data de submissão: 20/04/2026

Data de publicação: 20/05/2026

Deise Juliana Francisco

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: deise.francisco@cedu.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2130-2588>

Dayse Isabel Coelho Paraíso

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: daysepediatr@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1285-7119>

RESUMO

Considerando os desafios da inclusão escolar de estudantes com deficiência no Brasil, este artigo busca compreender o papel da Educação Especial contemporânea, destacando barreiras e caminhos para uma inclusão equitativa. Objetiva-se analisar como políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para ambientes escolares acessíveis e acolhedores. Para tanto, procedeu-se a uma revisão de literatura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES, com trabalhos defendidos entre 2019 e 2023. Foram identificados 221 estudos, dos quais 17 foram selecionados por atenderem a critérios de relevância temática, atualidade e contribuição ao campo. Desse modo, observa-se avanços, mas também desafios persistentes nas políticas públicas de inclusão: lacunas na formação de professores, obstáculos na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e permanência de barreiras atitudinais, estruturais e curriculares. Os dados ressaltam a importância de escutar estudantes, professores e famílias como passo indispensável para construir ambientes escolares realmente inclusivos. As produções também evidenciam o papel estratégico das tecnologias assistivas, das abordagens interseccionais e das práticas intersetoriais como soluções para os desafios cotidianos. O que permite concluir que, apesar dos avanços legais significativos, a inclusão escolar efetiva ainda é uma trajetória em construção, exigindo esforços conjuntos entre políticas públicas, formação contínua de professores e gestão escolar para garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os estudantes em uma escola democrática, equitativa e plural.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Barreiras Educacionais. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Considering the challenges of school inclusion for students with disabilities in Brazil, this article aims to understand the role of contemporary Special Education, highlighting barriers and pathways toward equitable inclusion. The objective is to analyze how public policies and inclusive pedagogical practices can contribute to accessible and welcoming school environments. To this end, a literature

review was conducted in the CAPES Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with works defended between 2019 and 2023. A total of 221 studies were identified, of which 17 were selected for meeting criteria of thematic relevance, timeliness, and contribution to the field. Thus, advances are observed, but also persistent challenges in inclusion policies: gaps in teacher training, obstacles in the implementation of inclusive pedagogical practices, and the permanence of attitudinal, structural, and curricular barriers. The data highlight the importance of listening to students, teachers, and families as an indispensable step toward building truly inclusive school environments. The productions also evidence the strategic role of assistive technologies, intersectional approaches, and intersectoral practices as solutions to everyday challenges. This allows us to conclude that, despite significant legal advances, effective school inclusion remains a trajectory under construction, requiring joint efforts between public policies, ongoing teacher training, and school management to ensure access, permanence, and learning for all students in a democratic, equitable, and plural school.

Keywords: Special Education. School Inclusion. Educational Barriers. Public Policies.

RESUMEN

Considerando los desafíos de la inclusión escolar de estudiantes con discapacidad en Brasil, este artículo busca comprender el papel de la Educación Especial contemporánea, destacando barreras y caminos hacia una inclusión equitativa. Tiene como finalidad analizar cómo las políticas públicas y las prácticas pedagógicas inclusivas pueden contribuir a ambientes escolares accesibles y acogedores. Para ello, se procedió a una revisión de literatura en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) de la CAPES, con trabajos defendidos entre 2019 y 2023. Se identificaron 221 estudios, de los cuales 17 fueron seleccionados por cumplir criterios de relevancia temática, actualidad y contribución al campo. De esta manera, se observan avances, pero también desafíos persistentes en las políticas públicas de inclusión: lagunas en la formación docente, obstáculos en la implementación de prácticas pedagógicas inclusivas y permanencia de barreras actitudinales, estructurales y curriculares. Los datos resaltan la importancia de escuchar a estudiantes, profesores y familias como paso indispensable para construir ambientes escolares realmente inclusivos. Las producciones también evidencian el papel estratégico de las tecnologías asistivas, los enfoques interseccionales y las prácticas intersectoriales como soluciones a los desafíos cotidianos. Lo que permite concluir que, a pesar de los avances legales significativos, la inclusión escolar efectiva sigue siendo una trayectoria en construcción, que exige esfuerzos conjuntos entre políticas públicas, formación continua de docentes y gestión escolar para garantizar el acceso, la permanencia y el aprendizaje de todos los estudiantes en una escuela democrática, equitativa y plural.

Palabras clave: Educación Especial. Inclusión Escolar. Barreras Educativas. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação Especial tem ganhado força e novos significados no Brasil. Impulsionada por políticas públicas de inclusão, pelo avanço dos debates sobre direitos humanos e pela luta histórica dos movimentos sociais que defendem os direitos das pessoas com deficiência, este campo tem se consolidado como uma prioridade (Amorim, 2019; Azzi, 2019). Esses avanços se sustentam em marcos legais como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB/1996 (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que reafirmam o direito à educação como um direito fundamental. Entretanto, apesar das conquistas legislativas, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios estruturais e um modelo escolar que não atende plenamente às necessidades dos estudantes com deficiência.

Persistem lacunas importantes, especialmente no atendimento educacional especializado, na formação inicial e continuada dos educadores, na acessibilidade arquitetônica e comunicacional das escolas e na implementação de práticas pedagógicas inclusivas de fato (Nalin, 2023). A inclusão educacional vai muito além da matrícula de estudantes com deficiência em escolas regulares. Ela demanda transformações profundas nos modos de ensinar, aprender e conviver, garantindo a participação plena e o desenvolvimento integral de todos os alunos (Gonçalves, 2019). Essa mudança requer o enfrentamento de barreiras atitudinais, culturais e institucionais que limitam a aprendizagem e a socialização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Este artigo tem o propósito de ampliar o diálogo sobre o papel da Educação Especial no cenário educacional contemporâneo, com base em produções acadêmicas recentes — principalmente teses e dissertações defendidas entre 2019 e 2023. Por meio de uma revisão de literatura sistemática, busca-se identificar os desafios que permeiam a implementação de políticas e práticas inclusivas, reconhecer os avanços e contribuir para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, equitativa e sensível às singularidades de seus estudantes (Rodrigues, 2022; Ivo, 2021).

Refletir sobre o papel da Educação Especial na atualidade implica valorizar a diversidade como princípio, desconstruir práticas segregadoras ainda presentes em instituições e garantir a escuta ativa dos envolvidos — alunos, professores, famílias e gestores (Kohls, 2019). A pesquisa acadêmica desempenha um papel crucial nesse processo, revelando tensões, apontando direções e subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanas, capazes de enfrentar os desafios complexos da inclusão escolar (Modelski, 2021; Maciel, 2023). Este estudo tem como objetivo analisar como as políticas públicas, associadas a práticas pedagógicas inclusivas, podem contribuir para a construção de ambientes escolares acessíveis e acolhedores para todos os estudantes, especialmente aqueles com

deficiência, identificando avanços, desafios e perspectivas no campo da Educação Especial contemporânea.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo organiza-se em três eixos articulados que dialogam com a literatura recente sobre Educação Especial e inclusão escolar: os marcos legais e as conquistas históricas que sustentam o direito à educação inclusiva, a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas, e os desafios contemporâneos na implementação das políticas públicas de inclusão. Esses eixos buscam contextualizar teoricamente o objeto de estudo e identificar lacunas, contradições e consensos relevantes para a discussão proposta.

2.1 MARCOS LEGAIS E CONQUISTAS HISTÓRICAS

A legislação brasileira tem desempenhado um papel crucial na garantia do direito à educação de qualidade para todos, especialmente para estudantes com deficiência (Rodrigues, 2020; Abreu, 2023). Embora o processo de inclusão escolar no Brasil tenha registrado avanços significativos ao longo das últimas décadas (Amorim, 2019), ainda enfrentamos desafios que exigem uma análise contínua e cuidadosa das leis e de sua implementação prática (Azzi, 2019; Diniz, 2019). Historicamente, a educação brasileira foi marcada por práticas excludentes, que frequentemente segregavam as pessoas com deficiência, negando-lhes acesso a um ensino digno e inclusivo (Azzi, 2019; Gonçalves, 2019). A Constituição Federal de 1988 tornou-se um marco essencial nessa trajetória ao estabelecer, em seu artigo 205, que a educação é um direito universal e um dever compartilhado entre o Estado e a família (Brasil, 1988). Mais do que reafirmar a importância da educação, esse artigo consagrou o princípio da igualdade de direitos, assegurando que todos, independentemente de suas condições, possam desfrutar de uma formação educacional apropriada (Nussbaum, 2019). A promulgação da Constituição deu visibilidade à inclusão de estudantes com deficiência, consolidando esse direito (Rodrigues, 2020). Entretanto, a concretização da inclusão escolar começou a ganhar forma com a implementação de políticas públicas específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Essa legislação fortaleceu a ideia de uma educação inclusiva, destacando a importância de as escolas se adaptarem à diversidade de seus alunos (Amorim, 2019).

A LDB foi um convite para que a escola se tornasse um espaço onde todos pudessem aprender juntos, superando barreiras e celebrando diferenças (Kohls, 2019). Como afirma Kohls (2019), a inclusão deve ser um princípio permeador de todas as práticas educacionais, garantindo que todos os alunos tenham oportunidade de aprender e crescer em conjunto. Com a publicação da Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, novos avanços foram conquistados (Brasil, 2008). Essa política reafirmou o compromisso com a inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, assegurando seus direitos de acesso e permanência no ambiente escolar (Nalin, 2023). Além de orientar a formação dos professores, essa política incentivou a criação de condições adequadas para a inclusão, como adaptações físicas e curriculares nas escolas (Modelski, 2021). No mesmo ano, o Brasil ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2008), um marco internacional que fortaleceu as leis nacionais, exigindo esforços para garantir a plena participação de pessoas com deficiência na sociedade, incluindo o acesso à educação (Rodrigues, 2020). No entanto, como destaca Amorim (2019), a existência de marcos legais, por si só, não assegura sua aplicação prática. Transformar leis em ações concretas ainda é um desafio que exige investimentos contínuos em formação docente, adaptações curriculares e infraestrutura acessível.

A inclusão educacional no Brasil ainda enfrenta obstáculos financeiros e resistências institucionais em algumas escolas (Nalin, 2023; Azzi, 2019). Problemas estruturais, como a ausência de adaptações arquitetônicas e de tecnologias assistivas em muitas instituições, permanecem como barreiras significativas para a efetivação das políticas de inclusão (Diniz, 2019; Gonçalves, 2019). Como ressalta Diniz (2019), as barreiras físicas e atitudinais ainda configuram um desafio que precisa ser enfrentado para garantir o acesso de todos à educação de qualidade. A formação contínua de professores é fundamental para que as práticas pedagógicas inclusivas saiam do papel e ganhem vida no cotidiano escolar.

2.2 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS INCLUSIVAS

A formação de professores é um dos pilares mais importantes para consolidar a Educação Especial no Brasil. No contexto da educação inclusiva, a formação inicial é essencial, mas é a formação continuada que prepara os educadores para lidar com os desafios diários do ensino inclusivo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de uma formação que vá além do técnico, sensibilizando os professores para a diversidade de seus alunos (Lima, 2021). Lopes (2021) defende que essa formação inclua uma abordagem crítica e reflexiva, equipando os docentes para atender às diferentes necessidades dos alunos.

A pandemia da COVID-19 trouxe à tona desafios adicionais. Como aponta Modelski (2021), muitos professores enfrentaram dificuldades ao adaptar-se ao ensino remoto, evidenciando a exclusão digital de muitos estudantes com deficiência. Esses alunos dependem de tecnologias assistivas que, muitas vezes, não estavam disponíveis. A pandemia revelou a necessidade urgente de capacitar os

docentes em competências tecnológicas para que possam utilizar ferramentas pedagógicas acessíveis e responder às demandas do ensino inclusivo em ambientes digitais. Essa nova realidade destaca a importância de um currículo formativo que se adapte rapidamente às mudanças sociais e tecnológicas, conforme sugerido por Ivo (2021), que enfatiza a necessidade de uma formação que não apenas informe, mas também transforme a prática docente. Conforme ressalta Azzi (2019), a semiformação docente é um entrave para a educação inclusiva. Muitos professores não têm acesso à preparação adequada para trabalhar com a diversidade em sala de aula, o que dificulta a implementação de práticas inclusivas (Azzi, 2019; Rodrigues, 2022). Nesse sentido, a formação continuada deve ser um processo permanente, que ofereça oportunidades de atualização teórica e prática reflexiva. Mendes (2023) aponta que é fundamental que os professores possam compartilhar suas experiências e encontrar soluções criativas para os desafios que enfrentam no cotidiano escolar (Rodrigues, 2022; Azzi, 2019).

A formação docente também deve reconhecer a pluralidade cultural, social e individual dos estudantes. Uma educação inclusiva vai além do atendimento às necessidades de estudantes com deficiência. Ela abrange todas as formas de diversidade presentes nas salas de aula, como gênero, raça, etnia e classe social. Como enfatiza Kohls (2019), é fundamental que a formação docente inclua a sensibilidade para lidar com a diversidade, promovendo um ambiente de respeito e acolhimento. Essa sensibilidade é indispensável para criar ambientes de aprendizagem respeitosos e inclusivos (Lima, 2021; Nalin, 2023). Outro aspecto crítico é a colaboração entre professores e outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. O trabalho em equipe enriquece as práticas pedagógicas, permitindo um atendimento mais eficaz às necessidades específicas dos alunos (Rocha, 2022). A colaboração interdisciplinar, conforme discutido por Rodrigues (2020), é essencial para que as estratégias educacionais sejam mais abrangentes, envolvendo diferentes saberes que podem contribuir para a formação integral do aluno.

Além disso, os professores precisam estar atualizados sobre o uso de tecnologias educacionais em constante evolução (Piccolo, 2022). As ferramentas digitais e as tecnologias assistivas, quando bem aplicadas, podem transformar a experiência de aprendizagem e criar um ambiente mais equitativo para todos os alunos (Nussbaum, 2019; Rocha, 2022). A capacitação em tecnologias assistivas deve ser um componente essencial da formação docente, conforme sugerido por Gonçalves (2019), que aponta que a falta de conhecimento sobre essas ferramentas pode levar à exclusão de alunos que necessitam de adaptações específicas. É imprescindível que a formação docente inclua o desenvolvimento de competências socioemocionais (Kohls, 2019; Mendes, 2023). Empatia, escuta ativa e acolhimento são habilidades essenciais para criar um ambiente onde todos se sintam valorizados e respeitados. Promover essas competências nos professores é investir na construção de

escolas verdadeiramente inclusivas e humanas (Nussbaum, 2019). A formação docente deve, portanto, integrar aspectos emocionais e sociais ao currículo pedagógico, visando não apenas a inclusão no sentido físico, mas também no que diz respeito ao pertencimento e à valorização das identidades dos alunos.

A formação docente é um elemento crucial na construção de uma educação inclusiva efetiva (Azzi, 2019; Kohls, 2019). Ela deve ser um processo contínuo e reflexivo, que não apenas informe, mas também transforme a prática pedagógica em resposta às demandas contemporâneas (Mendes, 2023; Modelski, 2021). A inclusão deve ser entendida como um princípio que abrange todas as formas de diversidade, colocando o respeito e o acolhimento como valores centrais no ambiente escolar (Lima, 2021; Nussbaum, 2019). A colaboração entre profissionais e a atualização em tecnologias assistivas e metodologias inovadoras são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva (Rodrigues, 2020; Gonçalves, 2019).

2.3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Apesar dos avanços legais e das iniciativas voltadas para a inclusão, a realidade nas escolas brasileiras ainda é marcada por desafios significativos. A implementação de políticas públicas de inclusão enfrenta uma série de barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no sistema educacional (Amorim, 2019; Nalin, 2023). Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros adequados, que afeta diretamente a infraestrutura escolar e a formação de professores (Kohls, 2019; Rodrigues, 2020). De acordo com Gonçalves (2019), muitas escolas não possuem adaptações arquitetônicas necessárias, como rampas e banheiros adaptados, o que limita o acesso físico dos alunos com deficiência. Essa falta de acessibilidade não é apenas um problema físico, mas também simbólico, pois reforça a exclusão e a marginalização desses alunos no ambiente escolar. Além disso, a carência de tecnologias assistivas em muitas instituições impede que esses alunos possam usufruir plenamente de suas potencialidades (Rocha, 2022; Piccolo, 2022). A falta de investimento em tecnologias adaptativas e na formação de educadores para o uso dessas ferramentas é um dos fatores que contribuem para a exclusão (Diniz, 2019). A incapacidade de integrar tecnologias assistivas nas práticas pedagógicas pode resultar em um afastamento ainda maior dos alunos com deficiência, limitando seu aprendizado e participação nas atividades escolares, o que é particularmente preocupante em um mundo cada vez mais digitalizado.

Outro desafio significativo é a resistência de algumas instituições e profissionais em adotar práticas inclusivas. Muitas vezes, a cultura escolar ainda está enraizada em práticas tradicionais que não contemplam a diversidade (Gonçalves, 2019; Amorim, 2019). Essa resistência pode se manifestar

de diversas formas, desde a relutância em modificar currículos até a falta de apoio por parte da administração escolar para implementar práticas inclusivas. A falta de sensibilização e formação continuada para os educadores pode resultar em um ambiente hostil para os alunos com deficiência, onde não se reconhecem suas necessidades específicas (Azzi, 2019).

A formação docente, embora crucial, ainda não é suficiente para preparar os educadores para atender à diversidade. Como mencionado anteriormente, a semiformação é uma barreira significativa (Azzi, 2019). Essa questão demanda uma reavaliação dos currículos de formação inicial e continuada, para que sejam mais abrangentes e sensíveis às questões da educação inclusiva (Lopes, 2021; Ivo, 2021). A formação de professores deve ir além da teoria, incorporando práticas reflexivas e experiências reais que permitam aos educadores desenvolver habilidades para lidar com a diversidade em sala de aula. Mendes (2023) enfatiza que é fundamental que os cursos de formação de professores incluam práticas reflexivas e espaço para que os docentes possam dialogar sobre suas experiências e desafios, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo. Além das questões estruturais e formativas, a implementação de políticas públicas de inclusão enfrenta a dificuldade de articulação entre diferentes esferas do governo e da sociedade. A falta de um planejamento integrado e o descompasso entre as esferas federal, estadual e municipal podem levar a uma implementação desigual das políticas de inclusão (Rodrigues, 2020; Kohls, 2019). Essa fragmentação dificulta a criação de uma rede de apoio coesa que possa garantir a inclusão efetiva de todos os alunos nas escolas (Gonçalves, 2019; Nalin, 2023). A articulação entre as diversas esferas governamentais é crucial para que se estabeleçam diretrizes claras e para que haja um fluxo de recursos e informação que favoreça a implementação de práticas inclusivas em todas as instituições de ensino (Piccolo, 2022). Conforme destaca Amorim (2019), a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo pode resultar em políticas que não se complementam, comprometendo a efetividade das ações e a promoção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Outro fator que merece destaque é a importância do envolvimento da comunidade escolar, incluindo pais e alunos, na construção de práticas inclusivas. A participação ativa da comunidade pode fortalecer as políticas de inclusão, criando uma cultura de respeito e valorização da diversidade (Nalin, 2023). A conscientização e o engajamento de todos os atores envolvidos são fundamentais para que a inclusão deixe de ser uma mera formalidade, tornando-se uma realidade vivenciada no dia a dia escolar (Nalin, 2023; Rodrigues, 2020).

O envolvimento ativo de professores, alunos, pais e da comunidade escolar como um todo é essencial para criar um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e promova a equidade (Kohls, 2019; Mendes, 2023). Quando todos os membros da comunidade escolar se comprometem

com práticas inclusivas, é possível construir uma cultura de respeito e valorização da diferença, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, se sintam parte integrante da escola (Gonçalves, 2019; Rodrigues, 2020). A participação ativa de cada integrante da comunidade escolar não apenas fortalece a inclusão, mas também enriquece o processo educativo, promovendo um ambiente em que a diversidade é celebrada e respeitada. Ademais, a falta de pesquisa e de dados sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência no Brasil dificulta a avaliação das políticas públicas e a identificação de suas falhas (Diniz, 2019; Piccolo, 2022). Estudos e pesquisas são essenciais para fundamentar a criação e a implementação de políticas mais eficazes e inclusivas (Lima, 2021; Modelski, 2021). A coleta e análise de dados podem fornecer insights valiosos sobre as necessidades dos alunos com deficiência e sobre como as escolas podem melhor atendê-los (Piccolo, 2022).

É imprescindível que as políticas públicas de inclusão sejam acompanhadas de um monitoramento constante e de avaliações sistemáticas, a fim de garantir sua efetividade e promover ajustes quando necessário (Rocha, 2022; Mendes, 2023). A implementação de um sistema de avaliação que considere as especificidades da educação inclusiva pode contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas e para a promoção da equidade no acesso à educação (Rocha, 2022). Assim, a luta pela inclusão deve ser contínua e coletiva, envolvendo todos os segmentos da sociedade para que se possa garantir um futuro mais justo e igualitário para todos os estudantes, independentemente de suas condições.

3 METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma revisão de literatura de caráter qualitativo e exploratório, com o propósito de identificar avanços, desafios e perspectivas da Educação Especial no cenário contemporâneo brasileiro. A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a análise interpretativa das produções acadêmicas selecionadas, possibilitando a compreensão dos significados, contextos e tensões que atravessam o campo da inclusão escolar.

A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerada uma das principais bases de produção científica brasileira em educação. O recorte temporal compreendeu teses e dissertações defendidas entre 2019 e 2023, com vistas a captar as discussões mais recentes sobre Educação Especial, políticas públicas de inclusão e práticas pedagógicas inclusivas no contexto pós-reformas educacionais e pós-pandêmico.

Os descritores utilizados na busca foram “Educação Especial”, “inclusão escolar”, “políticas públicas de inclusão” e “práticas pedagógicas inclusivas”, combinados por operadores booleanos. A

busca inicial resultou em 221 trabalhos. A partir desse conjunto, aplicaram-se os seguintes critérios de inclusão: (a) trabalhos que abordassem diretamente a Educação Especial, a inclusão escolar ou as políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência; (b) relevância temática para o objeto de estudo; (c) atualidade das discussões teóricas e metodológicas; e (d) contribuição ao campo da Educação Especial. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados trabalhos que não tratavam diretamente do tema, estavam repetidos ou indisponíveis na íntegra.

Após a aplicação dos critérios, foram selecionados 17 trabalhos para compor o corpus de análise. A análise dos dados ocorreu por meio de leitura sistemática e categorização temática dos achados, organizando-os em eixos que dialogam com o referencial teórico do estudo: marcos legais e conquistas históricas, formação docente e práticas inclusivas, desafios na implementação de políticas públicas, perspectivas interseccionais e tecnológicas e propostas para uma educação inclusiva efetiva. A organização das produções em eixos temáticos buscou evidenciar não apenas as recorrências, mas também as lacunas e tensões presentes no campo, contribuindo para uma compreensão crítica e contextualizada do papel da Educação Especial no Brasil contemporâneo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos 17 trabalhos selecionados revela um panorama complexo da Educação Especial contemporânea no Brasil. Os achados organizam-se em dois eixos centrais que dialogam diretamente com o referencial teórico: (a) as perspectivas interseccionais e tecnológicas que atravessam o campo e (b) as propostas concretas para a efetivação de uma educação inclusiva. Esses eixos sintetizam tanto os avanços identificados quanto os desafios persistentes que demandam ação articulada de diferentes atores sociais e institucionais.

4.1 PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS E TECNOLÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial contemporânea não pode ser compreendida de forma isolada: ela articula-se com questões de gênero, raça, classe social e território, que interferem diretamente nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência (Piccolo, 2022; Rodrigues, 2022). Uma perspectiva interseccional reconhece que as barreiras enfrentadas por esses estudantes não são apenas de ordem física ou curricular, mas também estruturais, relacionadas às desigualdades históricas que atravessam o sistema educacional brasileiro (Gonçalves, 2019). Desconsiderar essa dimensão implica em políticas e práticas que, ainda que bem-intencionadas, podem reproduzir exclusões de outra natureza.

Nesse contexto, as tecnologias assistivas emergem não apenas como recursos de acessibilidade, mas como instrumentos de equidade. Quando integradas a práticas pedagógicas intencionais, permitem que estudantes com diferentes deficiências participem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, superando barreiras comunicacionais, sensoriais e motoras (Rocha, 2022; Maciel, 2023). Contudo, a mera disponibilização de equipamentos não garante a inclusão: é fundamental que os educadores estejam preparados para utilizá-los de forma significativa e contextualizada (Modelski, 2021; Lima, 2021).

A pandemia de COVID-19 evidenciou, de forma contundente, a desigualdade no acesso às tecnologias digitais e as lacunas na preparação docente para o ensino remoto inclusivo (Modelski, 2021). Estudantes com deficiência que dependem de tecnologias assistivas específicas foram especialmente vulnerabilizados pela migração abrupta para ambientes digitais não acessíveis. Esse cenário reforça a urgência de um planejamento pedagógico que antecipe e contemple a diversidade, e não apenas reaja a ela em situações de crise (Ivo, 2021; Azzi, 2019).

A abordagem intersetorial também se revela indispensável: a inclusão escolar plena requer a articulação entre educação, saúde, assistência social e cultura (Mendes, 2023; Kohls, 2019). Quando esses setores atuam de forma integrada, é possível construir redes de apoio capazes de responder às necessidades complexas dos estudantes com deficiência e de suas famílias, contribuindo para trajetórias escolares mais estáveis, dignas e transformadoras (Nalin, 2023; Rodrigues, 2020). A Educação Especial que se quer para o século XXI é, portanto, aquela que reconhece a complexidade dos sujeitos e dos contextos e que se compromete com uma inclusão que vá além das paredes da escola.

4.2 PROPOSTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EFETIVA

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário que as políticas públicas sejam acompanhadas de ações concretas e práticas que promovam a inclusão real (Rodrigues, 2020; Nalin, 2023). O conceito de inclusão vai além do simples acesso físico às escolas, envolvendo a transformação de culturas, políticas e práticas que garantam a participação plena de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência (Rodrigues, 2020; Nalin, 2023). Algumas propostas a seguir podem contribuir para a construção de um ambiente escolar inclusivo, proporcionando uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade.

Investimento em formação contínua: É essencial que as instituições de ensino promovam programas de formação continuada que capacitem os educadores para lidar com a diversidade e a inclusão (Azzi, 2019; Gonçalves, 2019). A formação inicial, embora importante, muitas vezes não é

suficiente para preparar os professores para os desafios da inclusão. Workshops, seminários e grupos de estudo podem ser mecanismos eficazes para promover a troca de experiências e o desenvolvimento profissional (Amorim, 2019; Diniz, 2019). Além disso, é fundamental que esses programas abordem não apenas as metodologias de ensino, mas também aspectos relacionados à empatia e à compreensão das diferentes realidades enfrentadas pelos alunos (Nussbaum, 2019; Rodrigues, 2022). A formação deve ser um processo contínuo e contextualizado, adaptando-se às necessidades da comunidade escolar (Ivo, 2021).

Adaptações curriculares: As escolas devem ser incentivadas a realizar adaptações curriculares que considerem as diferentes necessidades dos alunos. Isso inclui a personalização de atividades, a utilização de metodologias ativas e a inclusão de materiais didáticos diversificados que atendam às especificidades de cada aluno (Lima, 2021; Mendes, 2023). A flexibilização do currículo é uma estratégia eficaz que permite que todos os alunos se engajem no processo de aprendizagem de maneira significativa (Lima, 2021; Mendes, 2023). Essa abordagem implica na utilização de diferentes recursos e formatos de avaliação, bem como na criação de um ambiente que valorize a participação e o protagonismo dos alunos. As adaptações curriculares devem ser vistas como uma oportunidade de inovação pedagógica, promovendo não apenas a inclusão, mas também a qualidade do ensino (Azzi, 2019; Gonçalves, 2019).

Infraestrutura acessível: É fundamental que as escolas invistam em infraestrutura acessível, garantindo adaptações arquitetônicas e a disponibilidade de tecnologias assistivas que permitam a participação plena dos alunos com deficiência (Rocha, 2022; Maciel, 2023). Isso inclui a criação de ambientes físicos que respeitem as necessidades de todos os estudantes, como rampas de acesso, banheiros adaptados e sinalização adequada (Rocha, 2022; Maciel, 2023). Além disso, a tecnologia assistiva, como softwares de leitura e dispositivos que facilitam a comunicação, deve ser integrada ao cotidiano escolar (Diniz, 2019; Piccolo, 2022). A acessibilidade não deve ser vista apenas como uma demanda legal, mas como um compromisso ético e pedagógico que reflete o valor da inclusão na educação (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

Colaboração interdisciplinar: O trabalho em equipe entre educadores, profissionais de saúde, assistentes sociais e outros especialistas é vital para o sucesso da inclusão (Kohls, 2019; Rodrigues, 2020). A colaboração interdisciplinar pode proporcionar um suporte mais abrangente para os alunos, considerando suas necessidades em múltiplas dimensões (Kohls, 2019; Rodrigues, 2020). Essa abordagem integrada permite que as escolas desenvolvam planos de apoio individualizados, que levem em conta as particularidades de cada aluno e garantam que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficaz (Rodrigues, 2022). A construção de uma rede de apoio que envolva

diferentes áreas do conhecimento e da prática profissional é essencial para promover uma educação inclusiva e de qualidade (Amorim, 2019; Nussbaum, 2019).

Envolvimento da comunidade: A inclusão deve ser uma missão compartilhada por toda a comunidade escolar. Promover a conscientização sobre a importância da inclusão e envolver famílias, alunos e a comunidade em geral nas discussões sobre práticas inclusivas é fundamental para criar uma cultura de respeito e valorização da diversidade (Amorim, 2019; Tomelin, 2023). A participação ativa da comunidade pode ser estimulada por meio de eventos, palestras e campanhas de sensibilização, que promovam a discussão sobre a diversidade e a inclusão (Amorim, 2019; Tomelin, 2023). Quando todos os envolvidos no processo educativo se sentem parte desse compromisso, a eficácia das práticas inclusivas tende a aumentar, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso (Rodrigues, 2020; Nalin, 2023).

Uso de tecnologias educacionais: Integrar tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem pode facilitar a inclusão. Essas ferramentas devem ser utilizadas de maneira a promover a acessibilidade e a participação de todos os alunos, considerando suas habilidades e necessidades específicas (Diniz, 2019; Piccolo, 2022). O uso de plataformas digitais, aplicativos e recursos multimídia pode enriquecer a experiência educativa, permitindo que os alunos aprendam de forma mais interativa e personalizada (Diniz, 2019; Piccolo, 2022). Contudo, é importante que a implementação dessas tecnologias seja acompanhada de formação adequada para os educadores, garantindo que todos possam usufruir plenamente das potencialidades que a tecnologia oferece no contexto da inclusão (Modelska, 2021; Maciel, 2023).

A construção de uma educação inclusiva efetiva exige um compromisso coletivo e uma abordagem multifacetada que considere as especificidades dos alunos e as demandas dos educadores (Rodrigues, 2020; Nussbaum, 2019). As propostas apresentadas refletem a necessidade de um esforço contínuo e sistemático para transformar as escolas em espaços verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial em um ambiente de respeito e valorização da diversidade. A inclusão não deve ser vista como um objetivo a ser alcançado, mas como um processo contínuo que requer reflexão, adaptação e inovação por parte de todos os envolvidos (Kohls, 2019; Rodrigues, 2022). É fundamental que as políticas públicas continuamente se reavaliem e se ajustem conforme as necessidades emergentes, garantindo que a educação inclusiva seja uma realidade vivida por todos os alunos (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

5 CONCLUSÃO

A educação contemporânea, especialmente no que diz respeito à Educação Especial, enfrenta um cenário de desafios e oportunidades que refletem a busca por inclusão e equidade. O fortalecimento das políticas públicas, respaldado por marcos legais, tem sido fundamental para garantir o direito à educação de todos os estudantes, particularmente aqueles com deficiência (Brasil, 2015; Amorim, 2019; Rodrigues, 2020). No entanto, a efetivação desse direito requer mais do que legislações: exige uma transformação estrutural nas práticas educacionais (Nalin, 2023; Piccolo, 2022). A inclusão educacional demanda uma reavaliação dos métodos de ensino e da formação docente, promovendo uma abordagem que valorize a diversidade e respeite as singularidades de cada aluno (Nalin, 2023; Mendes, 2023). A formação contínua de educadores é essencial para que possam atender adequadamente às necessidades de uma sala de aula diversificada (Azzi, 2019; Gonçalves, 2019). Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) enfatizam que essa formação deve não apenas capacitar os professores em questões técnicas, mas também desenvolver uma sensibilidade para a diversidade presente nas salas de aula. Ziliotto (2023) complementa essa visão ao afirmar que a educação especial deve ser concebida de maneira inclusiva, considerando as particularidades de cada estudante e promovendo um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize a diversidade.

Além disso, as tecnologias assistivas emergem como ferramentas cruciais para facilitar o aprendizado e a integração dos estudantes com deficiência, mas sua implementação deve ser acompanhada de estratégias pedagógicas que considerem a pluralidade cultural e social (Maciel, 2023; Rocha, 2022). Ademais, a inclusão escolar não é apenas uma responsabilidade do sistema educacional, mas um compromisso que deve ser compartilhado por toda a sociedade. A construção de uma cultura que respeite e valorize a diversidade depende da colaboração de escolas, famílias, comunidades e governos, trabalhando juntos em prol de um objetivo comum (Rodrigues, 2022; Tomelin, 2023). O caminho para uma escola verdadeiramente inclusiva passa pela superação de barreiras atitudinais e institucionais, garantindo que todos os alunos tenham não apenas acesso, mas também a oportunidade de participar plenamente da vida escolar (Diniz, 2019; Kohls, 2019). Isso implica em promover um ambiente de aprendizado que acolha e valorize todas as identidades, estimulando a colaboração entre educadores e profissionais de diferentes áreas.

Conforme afirma Nussbaum (2001, p. 47), “a educação deve ser um meio de promover a dignidade humana, permitindo que todos os indivíduos, independentemente de suas circunstâncias, desenvolvam suas capacidades e alcancem seu pleno potencial”. Assim, a Educação Especial, ao caminhar em direção à inclusão, reflete um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo possa desenvolver seu potencial em um ambiente que celebra

a diversidade. O desafio é contínuo, mas a busca por uma educação que realmente atenda a todos é um passo vital para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos (Gonçalves, 2019; Azzi, 2019; Mendes, 2023; Piccolo, 2022).

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. P. **Educação e sexualidade: desafios para adolescentes com deficiência intelectual**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- AMORIM, M. S. **A inclusão no ensino superior: comparações entre o Brasil e o Uruguai**. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 2, p. 79-92, 2019.
- AZZI, R. **Semiformação e desafios educacionais: a educação especial no Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/convencoes/acdf.asp>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-nacional-de-educacao-especial>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.
- DINIZ, P. A. **Leia para uma criança: a importância das campanhas educativas no desenvolvimento infantil**. São Paulo: Editora Educação, 2019.
- GONÇALVES, L. F. **Práticas pedagógicas na Amazônia rondoniense: uma abordagem sobre filosofia e inclusão escolar**. 1. ed. Porto Velho: Editora FGV, 2019.
- IVO, M. S. **Memórias formativas: reflexões sobre a formação docente e a inclusão**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2021.
- KOHL, M. A. **A importância das humanidades na formação de cidadãos e na educação especial**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019.
- LIMA, S. S. **STEAM/STHEAM: uma proposta pedagógica para a educação inclusiva**. Campinas: Editora UNICAMP, 2021.
- LOPES, R. P. **Formação docente e as exigências da BNCC para a educação inclusiva**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2021.

MACIEL, L. A. **Educação e segurança alimentar: conexões entre inclusão escolar e alimentação.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 45, n. 6, p. 89-105, 2023.

MENDES, E. G. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas.** 1. ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MODELSKI, L. **Desafios do ensino remoto na educação inclusiva durante a pandemia de COVID-19.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 3, p. 45-61, 2021.

NALIN, T. **O currículo e as competências na educação especial: uma análise crítica.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2023.

NUSSBAUM, M. **A frágil virtude.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

NUSSBAUM, M. **As humanidades e a formação cidadã: a crise da educação na contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

PICCOLO, G. M. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

ROCHA, F. D. **Tecnologias assistivas e inovação educacional na educação infantil.** Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 13-29, 2022.

RODRIGUES, F. A. **Educação inclusiva e democracia: teoria e prática nas escolas brasileiras.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

RODRIGUES, J. S. **Formação docente e a crise das humanidades: contribuições para a educação especial.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2022.

TOMELIN, L. G. **Representações culturais e a diversidade na mídia: implicações para o currículo escolar.** São Paulo: Editora Vozes, 2023.

ZILIOOTTO, G. S. **Educação especial na perspectiva inclusiva: fundamentos psicológicos e biológicos.** 2. ed. São Paulo: InterSaberes, 2023.